

2022

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





ANEXO

Período findo em 31 de dezembro de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

Centro Paroquial – Casa da Sagrada família de Penafiel

NIF: 501 651 039

1.2. Sede social

Rua Direita, 87

4560 - 462 Penafiel

1.3. Natureza da atividade

O Centro Paroquial- Casa da Sagrada Família de Penafiel é uma Instituição considerada IPSS, inscrita na Direcção-Geral da Segurança Social, definitivamente por Despacho de 15-06-1994.

A Instituição propõe-se contribuir para a promoção humana e integral de todos os habitantes de Penafiel e zona limítrofes, coadjuvando os serviços públicos ou as instituições privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social, e para isso, presta assistência à 1ª. e 2ª. Infância, cooperando com as famílias na educação física, intelectual, espiritual e moral dos seus filhos, através das suas valências da Creche, Pré-Escolar e CATL.

1.4. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o modelo contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.



Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2021.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

No ano de fecho de exercício 2022 não ocorreu alterações as políticas contabilísticas, nem mesmo no ano precedente. De salientar a partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis. Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Conciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:



		2022	2021
43	Ativos fixos tangíveis	1.723.333,62	1.686.443,47

Saldo da conta ativos apos dedução das amortizações acumuladas

4331	Terrenos e recursos naturais	14205,76
4332	Edifícios e outras construções	1482922,71
4333	Equipamento básico	103404,15
4334	Equipamento transporte	21850,71
4335	Equipamento administrativo	72406,56
4337	Ferramentas Utensílios	28543,73

Todos os ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade da instituição.

Os dispêndios com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. No presente exercido o ativo intangível diz respeito ao programa informático no qual encontra-te totalmente amortizado.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por ações da TVI, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do Sector Social e o Fundo de Garantia Trabalho.



a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros					
	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Correções e Transf.	Ajustamento	Saldo em 31/12/2022
Investimentos financeiros					
Ações TVI	99,76	-	-	-	99,76
FRSS - Fundo Reestruturação do Set	388,43				388,43
FCT - Fundo Compensação Trabalho		-			165,49
Total Investimentos financeiros	488,19	-	-	-	653,68

6. INVENTÁRIOS

6.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

6.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2022	2021
Inventários		-
Matérias primas e consumíveis	1 444,71	-
Total Inventários	1 444,71	-

7. RENDIMENTOS E GASTOS

7.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

8. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

8.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

Subsidio ao Investimento	<u>7 990,70</u>
Total	<u>7 990,70</u>



11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram detetados acontecimentos após a data do balanço suscetíveis de afetar as presentes demonstrações financeiras.

12. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para clientes têm a seguinte discriminação, de salientar que os valores recebidos por tickets creche ou educação não pressupõe a transformação em valor monetário ou a sua restituição, assim quando o valor do ticket é superior ao valor a liquidar este fica em credito na conta corrente do utente:

Utentes c/corrente	2 545,50	2 151,30
Utentes c/corrente ticket Credito	-657,70	
Utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Total	1 887,80	2 151,30

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2021		2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9 030,94			
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas				
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		3 794,27		3 170,28
Contribuições p/ Segurança Social		13 596,74		12 484,24
Fundo Garantia Salarial		157,39		
Total	9 030,94	17 548,40	0,00	15 654,52
Saldo		8 517,46		15 654,52

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

13.3) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 este item era constituído pelas seguintes quantias:

28	Diferimentos			
281	Gastos a reconhecer	3653,03	3653,03	
282	Rendimentos a reconhecer	3673,23	18344,41	14671,18

13.4) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:



Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	0,00	0,00
Pedidos de restituição IVA	9 030,94	4 734,73
Outros acréscimos	0,00	23 103,91
Outros Devedores		
Inquilinos	0,00	2 687,00
Outros Devedores	34 628,78	7 745,00
Total	43 659,72	38 270,64

13.5) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	50,97	425,99
Depósitos à ordem	64 233,57	80 093,25
Depósitos a prazo	225 000,00	225 000,00
Total	289 284,54	305 519,24

13.6) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2022	2021
Fundos patrimoniais		
Fundos	40 600,51	40 600,51
Resultados transitados	827 485,09	800 635,47
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras Variações nos fundos patrimoniais	7 990,70	7 990,70
Doações		
Resultado líquido do período	-9 488,15	26 849,62
Total	866 588,15	876 076,30

13.7) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores c/c	20 336,07	9 537,60
TOTAL	20 336,07	9 537,60



13.8) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2022	2021
Fornecedores de Ativos	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	95 557,50	110 075,81
Outros credores	0,00	0,00
Total	95 557,50	110 075,81

13.9) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2022	2021
<i>Prestação de Serviços</i>		
Vendas (sopas)	0,00	0,00
Mensalidades de Utentes	348 223,80	313 279,65
Total	348 223,80	313 279,65

13.10) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2022	2021
<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>		
Centro distrital de segurança social		
Creche	258 679,14	222 647,72
Pré-escolar	148 392,58	147 903,32
CATL	65 979,32	52 404,00
Dotação atípica - IGeFe	0,00	9 248,80
Subsídios IEFP	39 357,43	21 912,45
Comparticipações Familiar Creche	8 416,40	6 367,00
Comparticipação POAPMC	4 544,83	1 944,00
Comparticipação IAPMEI	1 680,00	802,75
Doações e heranças	16 819,55	22 541,39
Total	543 869,25	485 771,43

13.11) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2022 e 2021:



Descrição	Matérias -primas, subsidiárias e de		Total
	Mercadorias	consumo	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
2022			
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	92 060,88	92 060,88
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	-1 444,71	-1 444,71
C.M.V.M.C.	0,00	90 616,17	90 616,17
2021			
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	65 148,95	65 148,95
Reclass. e regularização de inventários	0,00	5 290,87	5 290,87
Inventários finais	0,00	0,00	0,00
C.M.V.M.C.	0,00	70 439,82	70 439,82

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

Descrição	2022	2021
Fornecimentos E Serviços Externos		
Trabalhos Especializados	36 924,25	25 599,30
Materiais	8 502,28	25 644,47
Energia e outros fluidos	34 333,71	16 942,07
Deslocações, Estadas E Transportes	20 945,52	14 541,08
Outros serviços (mais relevantes: Comunicação, Limpeza, Higiene e Seguros)	22 975,86	14 564,04
Total	123 681,62	97 290,96

13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 1 de Janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego.



A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	615 748,47	583 399,21
Encargos sobre remunerações	125 242,30	116 392,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10 367,03	4 522,10
Outros gastos	1 946,74	0,00
Total	753 304,54	704 313,63

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	40 291,08	50 328,52
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	35 452,06	31 347,08
Outros rendimentos (mais relevantes: Restituição de imposto e regularização Estimativa)	23 155,33	13 727,30
Total	98 898,47	95 402,90

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos E Perdas		
Impostos / Taxas	136,93	25,65
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	3 210,04	1 974,68
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	396,00	396,00
Outros Gastos E Perdas	285,03	263,70
Total	4 028,00	2 660,03

13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

As principais rubricas que constituem este item são:


Descrição	2022	2021
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00



14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

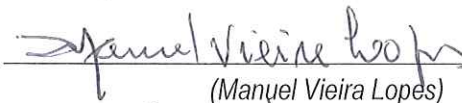
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção, autorizadas para emissão conforme ata de aprovação de contas de 24 de Março de 2023.

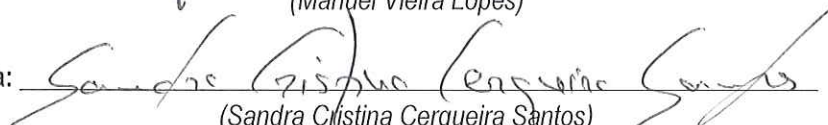
Contabilista Certificado

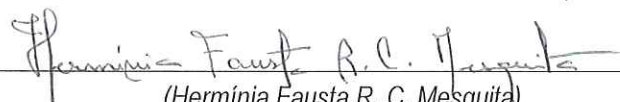

Adão Pinto CC n.º 93841

A Direção:

Presidente: 
(Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha)

Vice-Presidente: 
(Manuel Vieira Lopes)

Secretária: 
(Sandra Cristina Cerqueira Santos)

Tesoureira: 
(Hermínia Fausta R. C. Mesquita)

Vogal: 
(Luís Tadeu Pimenta Carvalho)